

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

1º Trimestre de 2015

Capacidade de financiamento da economia atingiu de 2,0% do PIB no 1º trimestre de 2015

A economia portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 2,0% do PIB no ano terminado no 1º trimestre de 2015, mais 0,1 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior. Este comportamento refletiu o ligeiro aumento da poupança corrente da economia, correspondente a um crescimento do rendimento disponível bruto da nação marginalmente superior ao da respetiva despesa de consumo final.

A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu para 2,3% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2015 (menos 0,2 p.p. do que no trimestre anterior). A taxa de poupança das Famílias fixou-se em 6,8% (menos 0,1 p.p. do que no trimestre anterior), traduzindo o maior aumento da despesa de consumo final comparativamente ao do rendimento disponível das famílias (variações de 0,6% e 0,5%, respetivamente, no ano terminado no 1º trimestre de 2015). Em sentido oposto, a capacidade de financiamento das sociedades aumentou, refletindo o comportamento do saldo das Sociedades Não Financeiras (que passou de 0,6% no 4º trimestre de 2014 para 0,9% do PIB no 1º trimestre de 2015) visto que o saldo das Sociedades Financeiras diminuiu ligeiramente (de 3,3% para 3,2%, pela mesma ordem).

A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) reduziu-se ligeiramente, passando de 4,5% do PIB no 4º trimestre de 2014 para 4,4% no ano acabado no 1º trimestre de 2015. Não considerando média móvel de 4 trimestres, o défice das AP situou-se em 5,8% do PIB no 1º trimestre de 2015, menos 0,1 p.p. que no trimestre homólogo de 2014.

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 1º trimestre de 2015.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação

em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

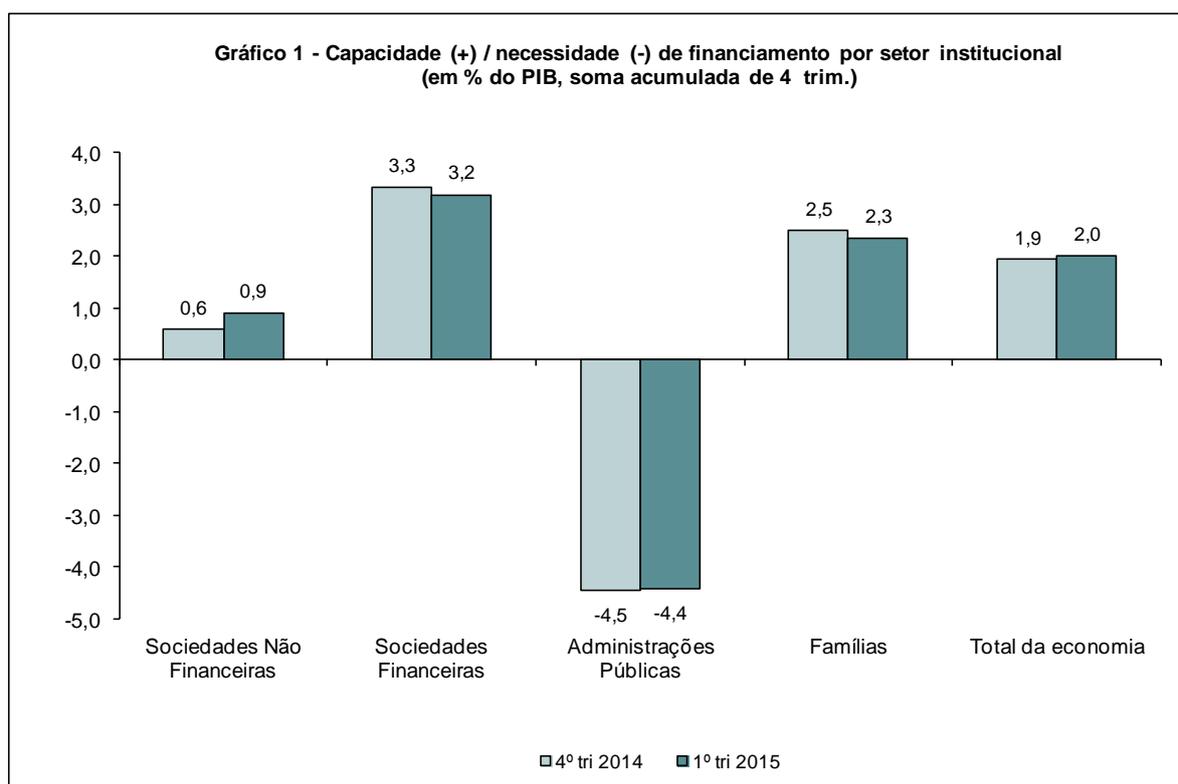
http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

Capacidade de financiamento da economia fixou-se em 2,0% do PIB

A economia Portuguesa registou uma capacidade de financiamento de 2,0% do PIB no 1º trimestre de 2015, mais 0,1 pontos percentuais (p.p.) que no trimestre anterior. Esta evolução deveu-se à ligeira melhoria da poupança bruta, tendo o rendimento disponível bruto aumentado ligeiramente mais que a despesa de consumo final. A melhoria do rendimento disponível bruto refletiu sobretudo o aumento nominal do Produto Interno Bruto (PIB). O saldo externo de bens e serviços aumentou para 0,7% do PIB (mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior), tendo as exportações e as importações aumentado 1,0% e 0,4%, respetivamente.

O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional. A necessidade de financiamento das Administrações Públicas (AP) diminuiu 0,1 p.p., fixando-se em 4,4%. Este comportamento reflete sobretudo o aumento da receita proveniente de impostos sobre a produção e a importação (taxa de variação de 1,9%).

Para o total dos restantes setores da economia, a capacidade de financiamento manteve-se em 6,4% do PIB no 1º trimestre de 2015, com a melhoria do saldo das Sociedades não financeiras (aumento de 0,3 p.p.) a compensar a redução dos saldos das Famílias e das Sociedades Financeiras.



**Famílias: a capacidade de financiamento
diminuiu para 2,3% do PIB**

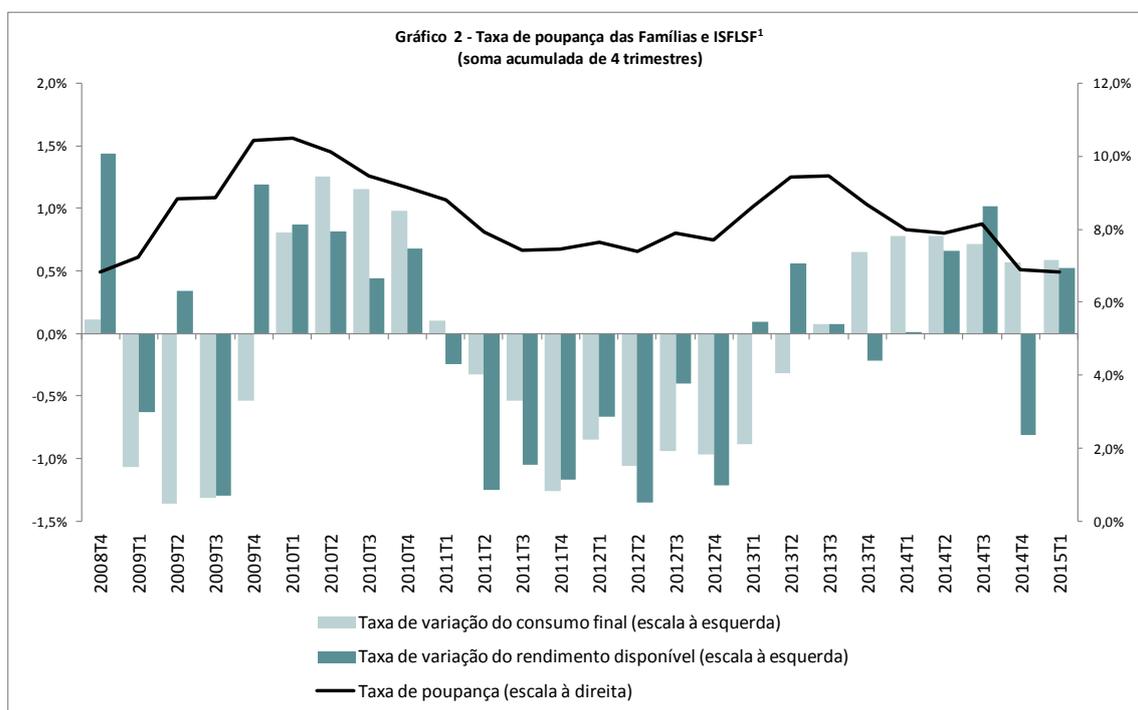
A capacidade de financiamento das Famílias diminuiu para 2,3% do PIB no ano acabado no 1º trimestre de 2015 (2,5% no trimestre anterior). Para este resultado contribuiu sobretudo a redução da poupança corrente, traduzindo um aumento da despesa de consumo final (taxa de variação de 0,6%) 0,1 p.p. superior ao aumento do rendimento disponível. Assim, a taxa de poupança diminuiu para 6,8% do rendimento disponível (6,9% no trimestre anterior). A redução da capacidade de financiamento das Famílias foi ainda influenciada pelo aumento da Formação Bruta de Capital.

O aumento do rendimento disponível refletiu, essencialmente, o crescimento das remunerações recebidas e, em menor grau, a melhoria do saldo dos

rendimentos de propriedade. Os rendimentos de propriedade (juros) pagos pelas Famílias registaram uma diminuição de 6,5% no primeiro trimestre de 2015, que mais que compensou a diminuição dos rendimentos de propriedade recebidos.

Como se pode observar no quadro 1, que decompõe a taxa de variação do rendimento disponível, as remunerações explicam 0,4 p.p. da taxa de variação registada para o rendimento.

O quadro 2 descreve a composição do rendimento disponível das Famílias, destacando-se a redução do peso dos impostos para 11,0% do rendimento disponível.



¹ Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo, incluindo as famílias propriamente ditas e as instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias

Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (pontos percentuais, MM4)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...+(5) - (6)
2010T2	0,5	0,2	0,4	0,3	0,1	0,6	0,8
2010T3	0,3	0,2	-0,2	0,1	-0,2	-0,2	0,4
2010T4	0,0	0,0	0,4	0,0	0,5	0,2	0,7
2011T1	-0,3	-0,1	0,0	0,2	0,2	0,2	-0,2
2011T2	-0,6	-0,2	-0,7	0,0	0,0	-0,1	-1,2
2011T3	-0,6	-0,2	0,0	0,0	0,1	0,2	-1,1
2011T4	-1,0	-0,1	0,0	0,2	0,1	0,4	-1,2
2012T1	-0,7	0,0	0,0	0,4	-0,4	0,0	-0,7
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,2	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,4
2012T4	-1,7	0,2	-0,1	0,1	-0,1	-0,4	-1,2
2013T1	-0,1	0,1	0,6	0,2	0,3	1,0	0,1
2013T2	-0,1	0,1	0,4	0,2	0,1	0,1	0,6
2013T3	0,0	0,2	0,1	0,2	0,2	0,6	0,1
2013T4	0,8	0,1	0,0	-0,1	0,2	1,1	-0,2
2014T1	-0,2	0,2	0,1	-0,1	0,1	0,2	0,0
2014T2	0,7	0,3	0,2	-0,4	0,1	0,1	0,7
2014T3	0,6	0,2	0,3	0,3	0,0	0,4	1,0
2014T4	-0,8	0,2	-0,1	-0,6	0,0	-0,5	-0,8
2015T1	0,4	0,0	0,1	-0,1	0,2	-0,1	0,5

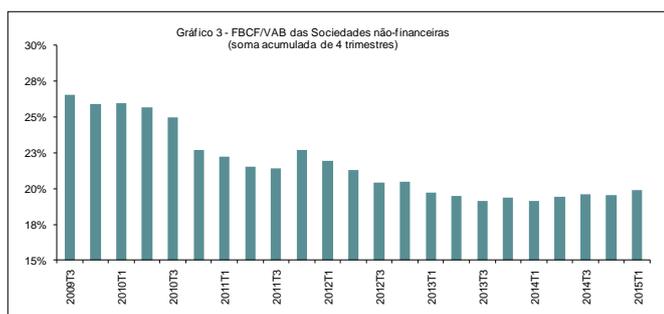
Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% , MM4)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas
2010T1	65,9	24,5	7,8	-7,1	5,6	3,2
2010T2	65,9	24,5	8,1	-7,6	5,9	3,3
2010T3	65,8	24,5	7,9	-7,3	6,0	3,1
2010T4	65,4	24,3	8,2	-7,5	5,9	3,6
2011T1	65,2	24,3	8,2	-7,7	6,2	3,8
2011T2	65,5	24,5	7,6	-7,7	6,3	3,9
2011T3	65,5	24,5	7,7	-8,0	6,3	4,0
2011T4	65,2	24,7	7,8	-8,5	6,6	4,1
2012T1	65,0	24,9	7,8	-8,5	7,1	3,8
2012T2	64,0	25,3	8,0	-8,8	7,8	3,8
2012T3	63,4	25,6	8,0	-8,6	8,0	3,6
2012T4	62,5	26,1	8,0	-8,4	8,3	3,5
2013T1	62,3	26,1	8,7	-9,4	8,5	3,8
2013T2	61,9	26,1	9,0	-9,4	8,6	3,8
2013T3	61,8	26,2	9,1	-10,0	8,8	4,0
2013T4	62,8	26,4	9,1	-11,1	8,7	4,2
2014T1	62,6	26,6	9,2	-11,3	8,6	4,3
2014T2	62,9	26,7	9,3	-11,3	8,1	4,3
2014T3	62,8	26,6	9,4	-11,5	8,3	4,3
2014T4	62,5	27,1	9,4	-11,2	7,8	4,3
2015T1	62,5	26,9	9,4	-11,0	7,7	4,5

Sociedades Não Financeiras: capacidade de financiamento atinge 0,9% do PIB

A capacidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras fixou-se em 0,9% do PIB no ano terminado no 1º trimestre de 2015, mais 0,3 p.p. que no trimestre anterior. A melhoria da capacidade de financiamento deste setor refletiu sobretudo o aumento do valor acrescentado bruto (variação de 0,7%) e também a diminuição dos rendimentos de propriedade pagos (variação de -2,3%), devido em particular à componente de juros. As remunerações pagas por este setor aumentaram 0,6% no 1º trimestre de 2015. Finalmente, destaque-se ainda o contributo da Formação Bruta de Capital (FBC) para a melhoria do saldo deste sector, que se reduziu em 1,4% no 1º trimestre de 2015.

Não obstante a redução da FBC, a taxa de investimento (medida através do rácio entre a Formação Bruta de Capital Fixo e o VAB) aumentou de 19,6% no 4º trimestre de 2014 para 19,9%.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento diminui para 3,2% do PIB

No 1º trimestre de 2015, o setor das Sociedades Financeiras apresentou uma capacidade de financiamento de 3,2% do PIB, o que compara com 3,3% no trimestre anterior. Esta evolução foi

determinada pela redução do saldo dos rendimentos de propriedade, tendo os rendimentos de propriedade recebidos diminuído mais que os pagos (taxas de variação de -9,2% e -8,5%, respetivamente). O comportamento dos rendimentos de propriedade foi particularmente condicionado pela componente relativa a juros. As remunerações pagas pelas sociedades financeiras mantiveram uma trajetória decrescente, apresentando uma taxa de variação de -0,2% (diminuíram 4,0% no ano terminado no 4º trimestre de 2014). A poupança corrente do setor diminuiu 6%, devido à redução já referida do saldo dos rendimentos de propriedade.

Setor das Administrações Públicas: défice diminui 0,1 p.p.

Em percentagem do PIB, a necessidade de financiamento do sector das Administrações Públicas (AP) registou uma diminuição de 0,1 p.p. no ano terminado no 1º trimestre de 2015, relativamente ao trimestre anterior, atingindo 4,4%. Este resultado beneficiou do crescimento do PIB, dado que o nível do défice aumentou ligeiramente em termos absolutos (16,8 milhões de euros), verificando-se taxas de variação de 0,8% para o total da receita e de 0,7% para a despesa (ver quadros 3 e 4).

No aumento da receita destacou-se o aumento das receitas dos impostos sobre a produção e importação, bem como das contribuições sociais.

O aumento da despesa foi em grande medida determinado pelo aumento da despesa de capital, e, em menor grau, pelo aumento da despesa corrente associado ao acréscimo das despesas com pessoal, refletindo o efeito da reversão parcial da redução

remuneratória. Ainda ao nível da despesa corrente é de salientar o aumento do consumo intermédio e dos juros.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de -2.444,3 milhões de euros no 1º trimestre de 2015, -5,8% do PIB. No mesmo trimestre do ano anterior o saldo das AP tinha atingido -5,9% do PIB (-2.427,5 milhões de euros). Conforme se observa no quadro 5, verificou-se um aumento mais acentuado da receita comparativamente com a despesa, destacando-se em particular os aumentos da receita com impostos sobre a produção e importação (8,3%), nomeadamente o IVA, e com as contribuições sociais (4,6%).

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos para a passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 1º trimestre de 2015 com o trimestre homólogo, verificou-se uma ligeira deterioração do valor absoluto do saldo em contabilidade nacional (18,8 milhões de euros). De salientar ainda que, em termos homólogos, as injeções de capital em empresas públicas integradas nas AP, registam um crescimento acentuado. No entanto, esta operação não tem impacto no saldo global das AP por se encontrar também registada como receita na rubrica "Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais".

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

unidade: 10⁶ euros

	2014T1	2014T2	2014T3	2014T4	2015T1
Receitas totais	77.225,0	77.868,7	78.853,9	77.011,9	77.600,7
Receita corrente	75.590,9	76.355,9	77.317,7	75.740,8	76.276,5
Impostos sobre o rendimento e património	19.550,7	19.490,6	19.977,4	18.921,6	18.867,6
Impostos sobre a produção e importação	23.705,9	24.277,4	24.638,5	24.616,8	25.072,4
Contribuições sociais	20.043,2	20.467,7	20.812,0	20.512,7	20.724,7
Vendas	6.776,7	6.804,5	6.744,1	6.769,2	6.701,1
Outras receitas correntes	5.514,4	5.315,7	5.145,7	4.920,6	4.910,7
Receitas de capital	1.634,1	1.512,8	1.536,2	1.271,1	1.324,1
Despesas totais	83.881,7	85.711,8	86.448,7	84.728,8	85.334,3
Despesa corrente	79.330,8	80.094,7	80.905,5	79.152,0	79.576,3
Prestações sociais	34.518,8	34.533,4	35.215,3	34.092,2	34.109,9
Despesas com pessoal	20.685,1	21.203,4	21.406,2	20.481,5	20.588,2
Juros	8.351,7	8.377,9	8.495,8	8.580,3	8.631,4
Consumo intermédio	9.835,2	9.854,4	9.915,6	10.193,9	10.296,5
Subsídios	1.099,3	1.173,7	1.159,3	1.164,3	1.143,5
Outra despesa corrente	4.840,7	4.951,9	4.713,1	4.639,8	4.806,7
Despesa de capital	4.550,8	5.617,1	5.543,3	5.576,7	5.758,1
Investimento ⁽¹⁾	3.763,5	3.558,0	3.498,2	3.546,1	3.553,4
Outra despesa de capital	787,4	2.059,1	2.045,1	2.030,7	2.204,7
Saldo corrente	-3.739,9	-3.738,8	-3.587,8	-3.411,2	-3.299,7
Saldo total	-6.656,7	-7.843,1	-7.594,8	-7.716,9	-7.733,7
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	70.979,14	71.716,84	72.409,62	70.571,76	70.944,86
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	170.051,65	171.823,32	173.193,36	173.053,30	174.324,47
Défice em % PIB	-3,9%	-4,6%	-4,4%	-4,5%	-4,4%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do sector das Administrações Públicas ao ano acabado no trimestre

taxas de variação (%)

	2014T1	2014T2	2014T3	2014T4	2015T1
Receitas totais	0,8	0,8	1,3	-2,3	0,8
Receita corrente	0,7	1,0	1,3	-2,0	0,7
Impostos sobre o rendimento e património	0,8	-0,3	2,5	-5,3	-0,3
Impostos sobre a produção e importação	1,1	2,4	1,5	-0,1	1,9
Contribuições sociais	0,0	2,1	1,7	-1,4	1,0
Vendas	1,6	0,4	-0,9	0,4	-1,0
Outras receitas correntes	0,0	-3,6	-3,2	-4,4	-0,2
Receitas de capital	3,8	-7,4	1,6	-17,3	4,2
Despesas totais	-1,1	2,2	0,9	-2,0	0,7
Despesa corrente	-0,4	1,0	1,0	-2,2	0,5
Prestações sociais	0,0	0,0	2,0	-3,2	0,1
Despesas com pessoal	-1,8	2,5	1,0	-4,3	0,5
Juros	0,4	0,3	1,4	1,0	0,6
Consumo intermédio	1,2	0,2	0,6	2,8	1,0
Subsídios	6,3	6,8	-1,2	0,4	-1,8
Outra despesa corrente	-2,8	2,3	-4,8	-1,6	3,6
Despesa de capital	-12,2	23,4	-1,3	0,6	3,3
Investimento ⁽¹⁾	2,7	-5,5	-1,7	1,4	0,2
Outra despesa de capital	-48,2	161,5	-0,7	-0,7	8,6

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	1º trimestre de 2014		1º trimestre de 2015		Taxas de variação(%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	16.977,0	41,3	17.565,7	41,4	3,5
Receita corrente	16.743,1	40,7	17.278,8	40,8	3,2
Impostos sobre o rendimento e património	3.907,0	9,5	3.853,1	9,1	-1,4
Impostos sobre a produção e importação	5.487,4	13,3	5.943,1	14,0	8,3
Contribuições sociais	4.647,8	11,3	4.859,8	11,5	4,6
Vendas	1.587,5	3,9	1.519,4	3,6	-4,3
Outras receitas correntes	1.113,3	2,7	1.103,4	2,6	-0,9
Receitas de capital	233,9	0,6	286,9	0,7	22,7
Despesas totais	19.404,4	47,2	20.010,0	47,2	3,1
Despesa corrente	18.536,4	45,1	18.960,6	44,7	2,3
Prestações sociais	8.092,1	19,7	8.109,8	19,1	0,2
Despesas com pessoal	4.688,4	11,4	4.795,2	11,3	2,3
Juros	2.106,2	5,1	2.157,3	5,1	2,4
Consumo intermédio	2.133,3	5,2	2.235,9	5,3	4,8
Subsídios	208,0	0,5	187,2	0,4	-10,0
Outra despesa corrente	1.308,4	3,2	1.475,2	3,5	12,8
Despesa de capital	868,1	2,1	1.049,4	2,5	20,9
Investimento ⁽¹⁾	762,6	1,9	769,9	1,8	1,0
Outra despesa de capital	105,5	0,3	279,5	0,7	165,0
Saldo corrente	-1.793,3	-4,4	-1.681,7	-4,0	
Saldo total	-2.427,5	-5,9	-2.444,3	-5,8	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas cessões ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unid: milhões euro	
	2014T1	2015T1
Saldo em contabilidade pública:	-861,8	-832,9
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	-125,9	767,8
Diferença entre juros pagos e devidos	-825,5	-612,7
Outros valores a receber:	-661,8	-787,0
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	-718,0	-826,8
<i>Outros</i>	56,3	39,7
Outros valores a pagar:	190,4	82,3
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	-19,4	-83,6
<i>Outros</i>	209,8	165,9
Outros ajustamentos:	-143,0	-1.061,8
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	-388,1	-1.250,2
Saldo em contabilidade nacional :	-2.427,5	-2.444,3
PIB Trimestral	41.112,2	42.383,3
Em % do PIB	-5,9%	-5,8%

Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto aumentou 0,6%

No 1º trimestre de 2015, o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registou uma variação nominal de 0,6%, taxa inferior em 0,1 p.p. à variação do PIB nominal. Para este resultado contribuiu o agravamento do saldo dos rendimentos de propriedade (juros e dividendos) com o exterior, observando-se taxas de variação de -3,4% nos rendimentos recebidos e -0,6% nos rendimentos pagos.

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2008T2	178 077		171 725		173 067	
2008T3	179 097	0,6	172 231	0,3	173 741	0,4
2008T4	178 873	-0,1	171 910	-0,2	173 720	0,0
2009T1	177 215	-0,9	170 002	-1,1	171 641	-1,2
2009T2	176 034	-0,7	168 801	-0,7	170 271	-0,8
2009T3	175 547	-0,3	169 089	0,2	170 189	0,0
2009T4	175 448	-0,1	169 024	0,0	169 934	-0,1
2010T1	177 302	1,1	171 169	1,3	172 097	1,3
2010T2	178 319	0,6	171 996	0,5	173 108	0,6
2010T3	179 355	0,6	172 390	0,2	173 668	0,3
2010T4	179 930	0,3	173 689	0,8	174 798	0,7
2011T1	179 537	-0,2	174 233	0,3	175 480	0,4
2011T2	179 015	-0,3	174 096	-0,1	175 357	-0,1
2011T3	178 023	-0,6	174 104	0,0	175 424	0,0
2011T4	176 167	-1,0	172 518	-0,9	173 844	-0,9
2012T1	174 897	-0,7	170 355	-1,3	171 676	-1,2
2012T2	172 135	-1,6	167 724	-1,5	168 933	-1,6
2012T3	170 494	-1,0	165 958	-1,1	167 114	-1,1
2012T4	168 398	-1,2	164 317	-1,0	165 851	-0,8
2013T1	167 324	-0,6	164 259	0,0	165 757	-0,1
2013T2	167 416	0,1	165 187	0,6	166 841	0,7
2013T3	167 997	0,3	165 981	0,5	167 641	0,5
2013T4	169 395	0,8	167 718	1,0	169 395	1,0
2014T1	170 063	0,4	168 310	0,4	170 258	0,5
2014T2	171 836	1,0	170 167	1,1	171 986	1,0
2014T3	173 205	0,8	171 675	0,9	173 649	1,0
2014T4	173 044	-0,1	171 099	-0,3	173 106	-0,3
2015T1	174 314	0,7	172 130	0,6	174 222	0,6

O Rendimento Disponível Bruto da Nação (RDB) registou um aumento de 0,6% no 1º trimestre de 2015, idêntico ao registado para a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP). A poupança corrente da economia registou um aumento de 0,6%, o que determinou a melhoria da capacidade de financiamento da economia para 2,0% do PIB (mais 0,1 p.p. que no trimestre anterior).

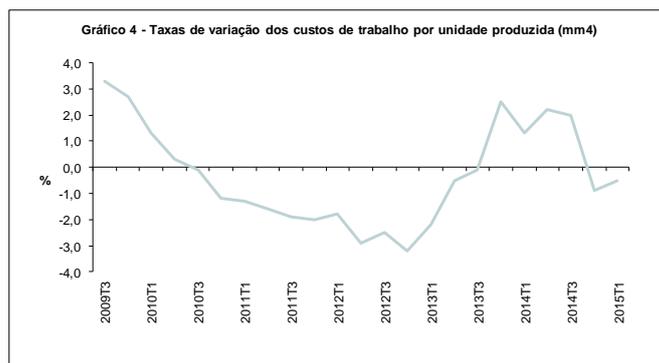
A FBC para o total da economia situou-se em 14,7% do PIB no 1º trimestre de 2015 (menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior).

Quadro 8 - Poupança e Capacidade/necessidade de financiamento unidade: % do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Investimento + Aquisições líquidas de activos não financeiros não produzidos	Capacidade/necessidade líquida de financiamento
2008T2	11,8	-1,0	23,4	-10,7
2008T3	11,2	-0,8	23,7	-11,7
2008T4	11,0	-0,9	23,3	-11,4
2009T1	10,4	-0,8	22,6	-11,4
2009T2	10,4	-1,1	21,8	-10,3
2009T3	10,9	-1,2	21,2	-9,2
2009T4	10,7	-1,1	20,8	-9,0
2010T1	11,3	-1,0	21,1	-8,9
2010T2	10,9	-0,9	21,4	-9,6
2010T3	10,4	-1,0	20,9	-9,5
2010T4	10,7	-1,3	21,1	-9,1
2011T1	11,2	-1,5	20,9	-8,2
2011T2	11,8	-1,4	20,3	-7,1
2011T3	12,7	-1,5	20,0	-5,9
2011T4	13,0	-1,4	18,5	-4,1
2012T1	12,5	-1,6	17,5	-3,4
2012T2	12,9	-1,7	16,5	-1,9
2012T3	12,7	-1,8	15,4	-0,8
2012T4	13,7	-2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	-1,8	15,0	1,0
2013T2	14,9	-1,8	14,6	2,0
2013T3	15,1	-1,7	14,7	2,1
2013T4	15,4	-1,5	14,4	2,5
2014T1	15,4	-1,6	14,7	2,3
2014T2	15,4	-1,5	14,8	2,2
2014T3	15,6	-1,5	14,8	2,4
2014T4	15,4	-1,3	14,8	1,9
2014T5	15,4	-1,3	14,7	2,0

Custos do trabalho por unidade produzida (CTUP) diminuíram

No 1º trimestre de 2015, os CTUP diminuíram 0,5% (redução de 0,9% no trimestre anterior) em consequência da redução de 0,8% da remuneração média, que mais que compensou a diminuição da produtividade.



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Relativamente à publicação anterior, referente ao 4º trimestre de 2014, é de destacar:

- (i) Incorporação da versão mais recente da Balança de Pagamentos;
- (ii) A alteração nos valores de referência das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) (ver “Destaque” de 29 de maio passado).

Nota metodológica

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais por não serem ajustadas de sazonalidade. Caso nada seja indicado em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas (SEC 2010), sendo de destacar as definições seguintes:

Capacidade/necessidade de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo Final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais com a aquisição de bens e serviços para satisfação direta de necessidades humanas, quer individuais, quer coletivas.

Custos do trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A formação bruta de capital fixo (P.51) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) inclui a FBCF, a Variação de Existências e a Aquisição (líquida de cessões) de Objetos de Valor.

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O rendimento nacional bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remunerações de empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração (brutos ou líquidos) e rendimento misto (bruto ou líquido).

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – É a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O produto interno bruto a preços de mercado representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Sector institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – Representa o rácio entre a Formação bruta de capital fixo e o Valor acrescentado bruto.

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível, ajustado com a variação da participação líquida das famílias nos fundos de pensões.

Saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.